



Prefeitura Municipal de Taquaritinga

ESTADO DE SÃO PAULO

Decreto nº 4.810, de 21 de novembro de 2018.

Disciplina os procedimentos relativos aos repasses de depósitos judiciais e administrativos ao Município de Taquaritinga, nos termos da Lei Complementar Federal nº 151/2015 e da Lei Municipal nº 4.294, de 09 de novembro de 2015.

Vanderlei José Marsico, Prefeito Municipal de Taquaritinga, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 72, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Taquaritinga, c.c. o disposto no art. 11 da Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015, e na Lei Municipal nº 4.294, de 09 de novembro de 2015; e

Considerando que no âmbito das Administrações Federais e do Estado de São Paulo os repasses recebidos por força do disposto na LCF nº 151/2015 têm movimentação orçamentária, (no Estado, Decreto nº 61.460, de 27/08/2015);

Considerando que tais repasses devem ser devolvidos ao depositante judicial vencedor ou convertidos em receita orçamentária quando perdedor (arts. 8º e 10 da Lei Complementar Federal nº 151/2015);

Considerando que o princípio da universalidade e seu corolário, o princípio do orçamento bruto, ambos acolhidos pela Lei Federal nº 4.320/1964 (arts. 3º, 4º e 6º), exigem que transitem pelo Orçamento todas as receitas e todas as despesas, por seus valores brutos, jamais líquidos;

Considerando que se deve impedir a dupla contagem de receitas e despesas nos procedimentos orçamentários e contábeis, inclusive no cálculo da Receita Corrente Líquida de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 2º, § 3º); e

Considerando o que a prudência recomenda ao gestor público,

Decreta:

Art. 1º. Os repasses recebidos pelo Município, nos termos do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 151/2015 (70%), serão classificados como Receita Orçamentária 2.9.9.0.00.1.0 e depositados na conta bancária única do Tesouro Municipal.

Parágrafo Único. Os repasses de que trata o *caput* deste artigo deverão ser incorporados em conta do Passivo de Longo Prazo.

Art. 2º. Os valores repassados pela instituição financeira quando o depositante for perdedor, na forma do art. 10 da Lei Complementar nº 151/2015, acrescidos dos valores dele, depositante, entregues ao Município na forma do art. 3º, serão considerados receitas orçamentárias nas fontes originárias próprias, estornada a parte adequada na receita de que trata o art. 1º se ocorrer no mesmo exercício do ingresso.

§ 1º. Se o depositante for perdedor em exercício diverso do ingresso, em vez de estornar a parte adequada na receita de que trata o *caput* deste artigo, deverá lançar na receita dedutória 9.4.2.0.00.0.0.000.

§ 2º. Se o depósito judicial de que trata este artigo foi efetuado em face de litígio com entidades da Administração Indireta, a contabilização como receita orçamentária será feita por estas.

§ 3º. Os valores de que trata o *caput* deste artigo deverão ser desincorporados da conta do Passivo de Longo Prazo referido no parágrafo único do art. 1º deste Decreto.



Prefeitura Municipal de Taquaritinga

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 3º. Quando o depositante for vencedor, a devolução a ele dos valores repassados ao Município, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 151/2015, no mesmo exercício do ingresso será efetuada mediante estorno da receita orçamentária do valor recebido e empenhamento dos acréscimos legais devidos a ele pelo Município, ainda que o pagamento integral ao depositante tenha sido efetuado pela instituição financeira com recursos do fundo de reserva.

§ 1º. Na hipótese de o depositante ser vencedor em exercício diverso do ingresso, a devolução dos valores de que trata o *caput* deste artigo será efetuada mediante lançamento de receita dedutória 9.4.2.0.00.0.0.000 do valor recebido e empenhamento dos acréscimos legais devidos a ele pelo Município, ainda que o pagamento integral ao depositante tenha sido efetuado pela instituição financeira com recursos do fundo de reserva.

§ 2º. A Administração deverá estabelecer controles e cuidar para que nenhuma receita ou despesa fique ausente dos registros contábeis e, quando for o caso, orçamentários, particularmente a receita proveniente dos depósitos de perdedores carreados diretamente ao fundo de reserva (art. 8º, II) pela instituição financeira gestora.

§ 3º. Os valores referentes à devolução do principal sem acréscimos legais de que trata o *caput* deste artigo deverão ser desincorporados da conta do Passivo de Longo Prazo referido no parágrafo único do art. 1º deste Decreto.

Art. 4º. O montante dos depósitos judiciais e administrativos não repassado ao Tesouro Municipal que constituirá o Fundo de Reserva de que trata os §§ 1º e 3º do art. 3º da Lei Complementar nº 151/2015 deverá ser registrado em conta do Passivo Circulante em contrapartida com conta do Ativo Circulante por representar um passivo com a respectiva contrapartida em lastro financeiro sem gestão do Tesouro Municipal.

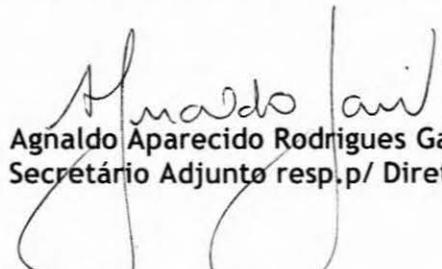
Parágrafo único. As movimentações relativas a atualizações e baixas nos saldos das contas do Fundo de Reserva serão efetuadas por meio de lançamentos de incorporação e desincorporação de saldos das contas de que trata o *caput* deste artigo, visto que a gestão efetiva da movimentação financeira não é do Tesouro Municipal, e sim do agente financeiro conforme determinado na Lei Complementar nº 151/2015.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Taquaritinga, 21 de novembro de 2018.


Vanderlei José Marsico
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na Diretoria de Expediente e Publicações, na data supra.


Agnaldo Aparecido Rodrigues Garcia
Secretário Adjunto resp.p/ Diretoria